

**MULHERES ESCRITAS: LITERATURA E IDENTIDADES FEMININAS  
EM TERESINA – 1900 -1930.**

Pedro Vilarinho Castelo Branco  
Universidade Federal do Piauí - UFPI.

**RESUMO:** Este trabalho analisa a produção discursiva de um grupo de intelectuais piauienses que, nas primeiras décadas do século XX, orientaram sua escrita para uma ação modernizadora das identidades de gênero. Esta produção discursiva buscava oferecer parâmetros culturais que favorecessem a ruptura com uma mentalidade rural, fundada na oralidade, e por outro, o surgimento de novas práticas sociais lastreadas numa relação estreita com a cultura escrita, com as sociabilidades cidadinas e com a escola, fatores que deveriam redefinir as identidades femininas.

**PALAVRAS-CHAVES:** identidades, mulheres, literatos.

**ABSTRACT:** This work analyzes the production of a group of piauiense intellectuals that, in the first decades of the century XX, oriented his written for an action that transforme the identities of gender. This production sought to offer cultural parameters that favored the break with a rural mentality, founded in the oral tradition, and by another, the sprouting of social practical news, based in a narrow relation with the written culture, with the sociabilities citizens and with the school, factors that should redefine the female identities.

**KEYWORDS:** identities, women, learned.

No início do século XX, as mulheres passavam cada vez mais a forçar os limites do que lhes era permitido. É, assim, que vão, aos poucos, rompendo preconceitos e entrando nas escolas superiores de Direito, de Medicina, de Farmácia ou ainda na escola normal, haja vista que o trabalho feminino como docente, particularmente com crianças, ganhava legitimidade. As mulheres ainda se insinuavam em campos delimitados como masculinos, estamos nos referindo ao campo das letras, ao trabalho de escrever em jornais, de ter uma relação estreita com o mundo da escrita. Esses avanços das conquistas e reivindicações das mulheres faziam estremecer os parâmetros em que a sociedade sustentava e delimitava as identidades femininas, provocando conflitos, na medida em que muitos homens se sentiam invadidos nos seus territórios existenciais.

O presente artigo se propõe a refletir sobre a forma como alguns homens de letras, no início do século XX, construíram uma prática discursiva que objetivava a construção de padrões identitários para as mulheres. A referida prática faz-se presente em trabalhos de

Abdias Neves, Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e Elias Martins homens formados em Direito pela Escola do Recife no final do século XIX, que voltando ao Piauí, passam a ter intensa atuação na sociedade. Os bacharéis procuram, a partir de textos escritos em forma de romances, crônicas e artigos em jornais, atuar na sociedade, criando estratégias de ação com o objetivo de produzir, de escrever, de definir os corpos femininos, de dizer o que seriam atitudes legítimas e aceitáveis para as mulheres, de criar subjetividades.<sup>I</sup> As obras desses literatos serão as nossas principais fontes na busca de mostrar como o universo feminino era problematizado e vivenciado em Teresina nas primeiras décadas do século XX. Passemos então a analisar os discursos e as formas como eram percebidos e consumidos pela sociedade.

Em 1911, Clodoaldo Freitas publicou no livro *Em roda dos fatos*, a crônica O feminismo, onde expressa sua angústia e preocupação com as propostas modernas para as mulheres. Acreditava o literato que os papéis sociais masculinos e femininos deviam ser bem delimitados, cabendo à mulher as funções de mãe e esposa devotada ao lar. Defendia mudanças na educação feminina, acreditando que a melhor formação da mulher seria indispensável para que ela pudesse desenvolver de forma adequada seu trabalho de educar os filhos, de cuidar da casa. No entanto, o que angustiava Clodoaldo Freitas eram algumas propostas modernas que apontavam para a emancipação feminina, para o seu ingresso de forma decisiva no mercado de trabalho, disputando espaço com os homens nos foros, nos hospitais, participando de eleições, das disputas políticas, vivendo mais para o mundo que para o seu lar e filhos. A isso se opunha com veemência, fazendo mesmo uma franca condenação.<sup>II</sup>

Decididamente, para os literatos, o mundo feminino era o espaço doméstico, onde ela desenvolveria sua afetividade, tornando-se o anjo tutelar da casa, aquela que zela pelo bem-estar de todos, que se ocupa em cuidar do marido e dos filhos, em estar atenta aos que se desviavam, que estava sempre pronta para ser condescendente com as falhas do esposo. Abnegada, deveria colocar os cuidados e as demandas dos filhos e do marido como prioridades na sua vida.

O corpo feminino deveria estar à disposição para juntamente com o esposo procriarem e, em seguida, alimentar os filhos, aquecê-los e aconchegá-los com carinho. O corpo da mulher deveria ainda levar consigo sua história de mãe, de reprodutora, corpos assexuados, segredados, modelados pela maternidade. Na definição dos padrões de feminilidade, os literatos acenavam ainda com a necessidade de as mulheres serem cordatas, terem o espírito plástico a ponto de se adaptarem às opiniões e interesses do

marido, tendo em vista que caberia à mulher adequar-se ao homem; elas deveriam ser educadas a ceder, a serem flexíveis diante das vontades do esposo. Na nova ordem social que os literatos buscavam estabelecer, o ordenamento familiar caracterizado pela autoridade paterna e pela resignação feminina e filial à vontade masculina era imprescindível. <sup>III</sup>

Na escrita dos literatos encontramos algumas personagens femininas que se adequariam ao modelo proposto. É assim que Abdias Neves constrói, no romance “Um manicaca”<sup>IV</sup> a personagem Mundoca como seu paradigma da feminilidade, é a forma como ela se subjetiva como mulher, são as suas práticas que levam Abdias Neves a dizê-la como mulher digna de ser escolhida para ser esposa. Mundoca não era bonita, não se arrumava no rigor da moda, não gostava de frivolidades, de festas; sua vida eram os afazeres domésticos, a administração da casa, o cuidado com o pai e, depois de casada, com o marido. Era ainda uma mulher cordata, pronta a ser companheira, a não questionar as opiniões do bacharel Praxedes, seu esposo, por perceber que se tratava de homem refinado, culto, com formação superior, e, assim, capaz de orientá-la na vida. Resignava-se diante da orientação masculina, não como uma imposição, mas por reconhecer no marido o preparo para a vida, e a autoridade familiar a ser obedecida, obedecera durante toda a vida de solteira ao pai, a ele dedicava seus cuidados, suas preocupações, nada mais sensato que se resignar, depois de casada, ao marido.

É assim que Mundoca, aceitando as opiniões do noivo maçom e ateu, vê no casamento católico apenas formalidade, uma tradição. Ao ser questionada por uma amiga sobre a cerimônia de casamento religiosa responde:

- Não te casas na Igreja?
- Já estou casada. A ida à Igreja é uma simples formalidade, sem valor. Quem casa é o Juiz, não é o Padre. E foi sentar ao lado do marido. <sup>V</sup>

Higino Cunha, Literato com forte atuação no mudo das letras piauienses no começo do século XX, concorda com os modelos femininos propostos por Abdias Neves e Clodoaldo Freitas, no entanto, nos seus escritos, enfatiza a necessidade de educar as mulheres, de dar a elas uma formação adequada. Ao problematizar os comportamentos femininos adultos, condenava, em especial a forma como muitas mulheres da classe alta e dos grupos médios se subjetivavam como mulheres desligadas dos afazeres domésticos, procurando viver em um mundo, dito por ele como irreal, onde eram

educadas para participar das sociabilidades elegantes, dos bailes, da vida de salão e conversação, não se cogitando educá-las de forma mais apropriada para cumprirem de forma competente as obrigações domésticas.

Um segundo aspecto, apontado por Higino Cunha como grave defeito na educação feminina, diz respeito à indiscriminada leitura de romances, em que são descritas paixões avassaladoras, explosões de um amor romântico, que leva as moças, apontadas por ele como impressionáveis, inexperientes e de espírito fraco, à fantasia de viver sensações e felicidades eternas na relação conjugal.

As mulheres casadas precisavam afastar-se das expectativas fantasiosas, dos romances e encarar a vida real, os amores, as afeições reais que existiam e que levavam aos casamentos e que não alcançavam, segundo o autor, a mesma intensidade dos romances. As práticas cotidianas levavam homens e mulheres a vivenciarem casamentos muito mais marcados por obrigações conjugais, pela maternidade, o cuidado com a casa e todo o desgaste que advém dessas relações e da vivência conjugal.

Na escrita de Higino Cunha as mulheres que não se adequavam ao mundo dos casamentos reais e que não tinham a firmeza de caráter necessária para renunciar às fantasias, aos desejos sexuais acabariam por colocar em risco o casamento e o lar, que, destruído pela insatisfação feminina advinda da não compreensão e aceitação das funções domésticas, faria grande número de vítimas. Tais vítimas seriam os homens, posto que – além da possível traição, do desgaste moral, da perda de tempo e de energia, com as disputas nos espaços domésticos – suas casas não mais estariam sendo o recanto de descanso confortável, de aconchego. Os filhos também seriam vítimas, frutos de um lar desequilibrado, tornando-se, muitas vezes, homens e mulheres com desvio de caráter, inseguros, sem o equilíbrio emocional suficiente para as lutas da vida.

Em síntese, Higino Cunha definia como responsabilidade feminina a estabilidade do casamento e da família. Qualquer fracasso nos relacionamentos seria um fracasso pessoal atribuído à mulher. Em nome da família e dos filhos, deveria sacrificar sua vida, resignar-se diante das atitudes masculinas, ser ponderada e voltada ao lar. Em nome do bem-estar do grupo, deveria manter sob limites estreitos sua vida social.

Os literatos, na busca de definir os comportamentos femininos esperados, procuram escriturar também o que não devia ser. Dessa forma, se a personagem Mundoca, a quem fizemos referência anteriormente, foi criada por Abdias Neves como o vir a ser feminino, como o modelo exemplar, a Sra Eufrasina, personagem da mesma obra, é dita como uma forma de ser feminina percebida como equivocada. As práticas de Eufrasina, bem como a

forma como esta se subjetiva constituem um exemplo bem acabado desses anti-modelos femininos. Mulher insubmissa, que não aceita as orientações do marido, que procura ter opiniões próprias, quase sempre divergentes do esposo, fazendo da casa e do relacionamento conjugal um espaço de conflito. Eufrasina e o marido, o Sr. Chaves, protagonizam no romance um casal dito por Neves como desequilibrado:

O Chaves riu-se [...] tinham lhe dito que a mulher se confessava todos os meses. Proibira. Dona Eufrasina, sem lhe dizer nada, vestiu-se na mesma hora, e saíra para voltar mais tarde e dizer-lhe que vinha dos pés do padre. [...] E não se submetia. Abandonava todos os deveres domésticos para correr às missas, aos terços, aos sermões.<sup>VI</sup>

Para Abdias Neves, as atitudes de Eufrasina mais condenáveis eram a sua insubmissão com relação ao marido, não era cordata, fazia questão de afrontar o esposo, de buscar o conflito, o enfrentamento. Graves para Abdias Neves também eram o abandono da casa, o fato de não dispensar às obrigações domésticas, funções ditas como femininas por excelência, o tempo e o empenho necessários.

Em outra oportunidade, o autor faz comparação entre as atitudes dos personagens Eufrasina e Mundoca, retratando o comportamento da segunda como o mais adequado a uma mulher casada. Enquanto Mundoca traz a felicidade e o equilíbrio conjugal, o equivocado comportamento de Eufrasina provoca inúmeros transtornos ao casamento.

Um segundo personagem na obra de Abdias Neves que pode ser definida como modelo do não vir a ser feminino é Júlia. Mulher de temperamento excessivamente lascivo, aliado a sua impetuosidade, que faziam dela uma mulher problemática, vivia uma relação conjugal marcada por constantes desequilíbrios. Júlia não se enquadrava nos arquétipos esperados para uma esposa e mãe de família. Quando solteira, entrega-se ao namorado, como artifício para obrigar o pai a aceitá-lo e a realizar o casamento; após casar com outro homem, por imposição paterna, passa a traí-lo, a ter relações e encontros com o antigo namorado dentro da própria casa. E mais, traz o marido sob rígido controle, desmoraliza-o diante de estranhos, fazendo dele um homem moralmente emasculado.

A forma de subjetivação feminina assumida por Júlia é uma ameaça constante aos modelos familiares, à autoridade masculina, viesse ela do pai ou do esposo. Seu comportamento colocava em cheque os próprios papéis familiares masculinos e femininos, nos quais o homem deveria ser a cabeça do casal, dirigindo a mulher,

controlando-a, orientando-a. Para Abdias Neves, Júlia assume mesmo postura patológica, seu caráter vingativo e agressivo seria totalmente incompatível com a doçura, com a passividade, com a candura que os padrões familiares modernos, escriturados pelos literatos, apontavam como traços característicos e naturais das mulheres:

Júlia não amava o marido; queria-o, entretanto, preso aos seus caprichos. Não suportava a idéia de que ele um dia pudesse libertar-se. Habitara-se a tê-lo às suas ordens, a abusar da sua fraqueza, a dirigi-lo, uma questão de amor próprio. Dominá-lo, expô-lo em público, para que ninguém ignorasse a sua situação, no casal, era um dos maiores prazeres que lhe trouxera o casamento.<sup>VII</sup>

Para Abdias Neves, as práticas de Júlia procurando inverter a autoridade dentro do espaço da casa, fazendo do marido um fantoche, um brinquedo diante de sua vontade, a forma como procurava vingar-se do marido por ter aceito casar-se com ela contra a sua vontade, e ainda a prática do adultério em que se envolvia eram sintomáticas de uma subjetividade patológica, de um não vir a ser feminino.

Nos trabalhos literários de Clodoaldo Freitas, as figuras femininas maduras ganham também espaço relevante. O autor enfatiza a dependência das mulheres em relação aos homens, haja vista que precisam deles para conseguir espaço legítimo e digno na sociedade. Deste modo, impossibilitadas de desenvolverem processo de individuação, sem contar com acesso ao mundo da educação e do trabalho, precisam competir no mercado matrimonial, manterem-se dignas, fugindo das tentações diante de homens mais audaciosos. Nesse movimento, no campo do amor e da sedução, não podem vacilar, as falhas podem levá-las à desonestidade e à derrocada moral.

Outro aspecto central na problematização das identidades femininas é o exercício da maternidade. Das mulheres, passava-se a cobrar não só que tivessem boa vontade e dedicação para com os filhos, mas também que tivessem disciplina, que estivessem fisiologicamente preparadas para uma boa gestação, que fossem saudáveis, para que não transmitissem doenças aos filhos e, mais que isso, que tivessem noções de higiene, de nutrição, de enfermagem. Seria todo um aparato de saberes novos, legitimados pela ciência, que precisavam ser incorporados pelas mulheres na prática da maternidade.<sup>VIII</sup>

Das novas mães, era esperado e seria cobrado comportamento de devoção aos filhos. A maternidade seria percebida agora como um sacerdócio, como uma função a ser exercida com a total entrega da mulher aos filhos.<sup>IX</sup> As obrigações femininas não

acabariam nos cuidados nutricionais e higiênicos, não bastava apenas preservar a vida e a boa formação física dos filhos. A mulher seria responsabilizada também pela formação moral e espiritual da criança. O artigo publicado no jornal a imprensa dá bem a dimensão das responsabilidades que a sociedade depositava nos ombros das mães:

Como deve ter cuidado na educação moral, religiosa e civil dos filhos. Uma mãe deve ser incansável no cuidado dos filhos, não deve ser negligente, nem roubar o tempo em visitas e passeios inúteis, deixando os filhos em companhia de criados.

A casa é uma escola, e a mãe de família é uma mestra, não deve se fiar somente nas professoras; deve educar, aconselhar, ensinar! A casa é um templo e a mãe uma sacerdotisa. Da mãe será cobrado que ensine os primeiros sentimentos de religião, de temor a Deus, de caridade para o próximo e de amor filial.<sup>X</sup>

Se a maternidade era a missão feminina, o compromisso que as mulheres assumiam com Deus e com a Pátria, o não cumprimento dos deveres inerentes a esse verdadeiro sacerdócio era encarado como falha grave, como desvio de comportamento imperdoável. Dessa forma, a discussão sobre a incúria materna ganha vários artigos de jornal, em que casos de falta de atenção e cuidados maternos são apontados como motivações primeiras para os desvios dos filhos, que se entregam desde cedo à vadiagem, às bebedeiras, ao jogo, aos prostíbulos.<sup>XI</sup>

Para Elias Martins, somente a formação dentro dos ditames da doutrina cristã daria às mulheres a força de espírito e o comprometimento necessário para não fugirem às obrigações maternas. As preocupações de Elias Martins ganham tom dramático, diante do mundo da modernidade, no qual, segundo ele, as seduções e os vícios campeavam pela sociedade, conquistando adeptos, e, entre eles, a mulher, objetivada como ser frágil e facilmente impressionável:

O cinema abriu espaço no meio familiar, para desvirtuá-lo, destruí-lo. [...] É a mulher que mais padece dessa enfermidade. Exaltada imaginação, natural pendor para o fruto proibido, circunscrita à labuta doméstica, sem as decepções do meio exterior, campo em que se ferem as competições da conquista do pão, deixa-se embalar pelas regiões da fantasia, praticando a tarefa diurna com

indiferença, sem a peculiar atenção e inata competência com que administra seu venturoso reino.<sup>XII</sup>

Desviada dos deveres familiares, entregando-se ao mundo da fantasia, a mulher incorreria, segundo Elias Martins, no grave erro da incúria materna, o desprezo do lar e dos que nele vivem e esperam a orientação moral feminina, o desvelo, o equilíbrio diante das dificuldades. Para Elias Martins, a mulher seria mesmo o facho de luz que mostra os caminhos que devem ser trilhados pela família. Se ela não exerce suas funções condignamente, a queda moral será concretizada nos passos seguintes dos filhos:

Vazio o lar, nublado o astro que o regulariza e aclara, vagueiam os filhos descurados e soltos, sem guia, sem conselhos, campeões dos jogos e dos teatros, lustrosos bonecos dos saraus e dos passeios, às vezes defrontando os pais na mesa do tapete verde ou em equívocas situações, ainda mais depressivas e niveladoras.<sup>XIII</sup>

Se a mãe precisava ter cuidados com todos os filhos, preocupar-se com seu encaminhamento na vida, com sua formação moral, os cuidados eram redobrados quando as atenções maternas se direcionavam às filhas, posto que mulheres como elas eram também percebidas como seres facilmente impressionáveis, frágeis, embora puras, e assim precisando ser mantidas até o casamento. Se a virgindade das filhas era ponto central para a manutenção da honra familiar, a culpa por qualquer desvio era, em primeiro lugar, das mães que não souberam orientá-las. A mãe deveria ser a amiga, a conselheira, aquela para quem as filhas não teriam segredos, a única a quem a intimidade sentimental e corporal deveria ser revelada. E, por isso mesmo, a principal responsável pela orientação das moças.

À mãe caberia a missão de formar a mulher, de prepará-la para aceitar o destino de ser mãe e esposa, de entender que suas obrigações com relação a casa, ao marido e os filhos levariam-na a ter uma vida caracterizada mais por obrigações, deveres, sacrifícios, abnegações do que por direitos e deleites.<sup>XIV</sup>

Para Clodoaldo Freitas, a maternidade teria uma aura de sacralidade, capaz mesmo de redimir as mulheres dos erros morais. No conto Mãe dolorosa, ele retrata uma mulher chamada Maria, que teve um caso amoroso, vindo a engravidar, sendo, em seguida, abandonada pelo amante. O narrador da história aproxima-se de Maria e encanta-se por



sua gravidez, e passa, a partir daquele momento, a procurar convencer a mulher de que o filho seria sua redenção. O que Clodoaldo Freitas explicita no conto é a força e a sacralidade da maternidade, que poderia apagar os deslizes morais e ser o motor de uma transformação na vida de Maria: “Um filho seria a minha remissão e me daria coragem para o trabalho honesto.”<sup>xv</sup>

Em 1911, na crônica *Um infanticídio*, Clodoaldo Freitas retoma suas opiniões sobre a maternidade, enfatizando a aura de santidade que a recobre. “Mesmo nos casos fora da lei, a maternidade é sempre santa para mim”. As atenções do cronista se dirigem para enaltecer a força moral, a intensidade do amor materno, capaz de redimir culpas, de entregar-se aos filhos de corpo e alma, de anular-se, de desistir de viver para que o outro tenha vida. É assim que Clodoaldo Freitas usa a força de suas palavras para descrever o amor materno, que seria, na sua visão, algo natural, instintivo nas mulheres. A intenção é exaltar o amor materno como algo presente no espírito e no corpo feminino, algo naturalizado, inerente ao ser mulher. Diante da maternidade, a filha de Eva, pecadora, luxuriosa, que sempre procurava colocar os homens em tentação, e que, por isso, precisava ser prontamente vigiada, sucumbe. A maternidade encheu a imagem feminina de valores positivos, colocando-a no centro da família e dos afetos ali presentes:

A mãe é uma providência viva, que não descansa e não tem vida própria, embevecida no amor dos filhos. Esse amor é o laço misterioso que une a alma materna à alma dessa criança a quem transmite, em carícias, toda a seiva bendita de seu coração, todos os eflúvios de sua alma. O amor de mãe tem alguma coisa de divino, porque se parece com a divindade na extensão, na bondade, na pureza e na infinidade. O amor materno é o único sentimento humano que não tem refolhos, não tem egoísmo, não teme os sacrifícios, não mede obstáculos.<sup>xvi</sup>

A valorização e a idealização que o amor materno recebe e a forma constante como os cronistas voltam à problemática do amor materno, como algo natural e instintivo nas mulheres, leva também a que os crimes de infanticídio ganhem relevância na crônica criminal. Os casos se sucedem e são usados para ilustrar os comportamentos incompatíveis com a moral familiar, como também são sintomáticos da forma como a sociedade começava a valorar positivamente a infância e o amor materno, ou seja, dois pilares dos novos padrões de família que passavam a ser valorizados na sociedade.<sup>xvii</sup>

O caso do crime de infanticídio, cometido por Maria Adriana, é ilustrativo da dimensão escandalosa e condenável que esses comportamentos sociais, incompatíveis com as novas sensibilidades e valores familiares passavam a receber. A referida mulher, algum tempo após a morte do marido, passou a encontrar-se com um rapaz, acabando por engravidar. Ao saber da gravidez, o amante terminou o relacionamento, deixando toda a responsabilidade da gravidez por conta da mulher. Maria Adriana escondeu a gestação até o final, quando deu à luz uma criança do sexo masculino, que, imediatamente após o parto, foi morta e enterrada no chão do quarto. Descoberto o crime, a cidade fica chocada, a notícia ganha espaço nos jornais, levando Maria Adriana à execração pública e à cadeia.<sup>XVIII</sup> Em outros casos noticiados pela imprensa, a nota é sempre de indignação e os termos como: mãe fera, desalmada, indigna dão o tom da condenação.

Os crimes de infanticídios levam a entender o caráter multifacetado que a vida das mulheres e o exercício da maternidade tinham na sociedade, mostrando que nem todas as mulheres haviam sido capturadas pela idéia do amor materno. O discurso da maternidade regeneradora das falhas morais femininas, capaz de santificar as mulheres que soubessem exercer esse sacerdócio, ainda não havia capturado de todo o universo feminino.

Se os infanticídios se sucediam como prática feminina, era porque os filhos continuavam a ser a prova material de deslizes condenáveis pela sociedade, ou ainda um peso que dificultaria a continuidade da respeitabilidade moral da mulher. Dessa forma, em três crimes de infanticídio retratados na documentação, a situação civil das mulheres envolvidas pode ajudar a entender a motivação do crime. Maria Adriana era viúva; a segunda mulher, cujo nome não é citado pelos jornais, era casada e o marido se encontrava em viagem há mais de um ano; e a terceira era uma mulher jovem e solteira. Contudo, não foram retratados casos de infanticídio em que as mulheres fossem casadas e em pleno exercício da vida conjugal. Nos três casos, os filhos eram provas materiais de deslizes morais e colocavam em risco a respeitabilidade feminina, fato que acabou por motivar as mulheres a procurarem esconder, com a morte, o fruto dos amores ilícitos.

De modo igualmente enfático, a documentação informa que a maternidade não era apenas o lugar de santificação feminina, do desvelo da mãe pelo filho que precisa dela para sobreviver. Ela era vivida também de forma angustiada, até mesmo levando ao crime, ao abandono, às tentativas de aborto. A insistência dos literatos em exaltar a maternidade como algo inerente à mulher e a recorrência da crítica às que caíam nas práticas da incúria materna deixam margem para que percebamos que nem todas as

mulheres haviam sido capturadas pelo discurso de valorização da maternidade. Muitas, ainda, lançavam mão de procedimentos condenáveis pela higiene e pelo discurso médico como o uso das amas-de-leite, como também não cuidavam dos filhos com o desvelo esperado. A documentação mostra, assim, os limites do consumo das idéias dos literatos sobre o discurso em favor da maternidade.

Se os avanços na escolarização feminina foram importantes para preparar melhor as mulheres dos grupos médios e de elite, para exercerem com competência os novos ditames da maternidade, acabaram também por potencializar o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Pelo menos em algumas áreas, como, por exemplo, o magistério primário que se consolidava como campo legítimo e aberto às mulheres. A inserção até poderia ocorrer como atividade temporária, ou ainda por contingências da vida que obrigassem a mulher a trabalhar para sustentar-se honestamente, mas, de uma forma ou de outra, essa inserção ia aos poucos tornando-se realidade.

Ao lado disso, na prática cotidiana, o que podemos perceber é que, na segunda metade da década de 1910 e na década de 1920, as mulheres formadas pela Escola Normal foram gradualmente ocupando espaços no mercado de trabalho, como professoras primárias, ou ainda como funcionárias de repartições públicas.

A inserção no mundo do trabalho docente estaria limitada à educação de crianças. Seriam professoras primárias, e aliariam os saberes adquiridos na formação escolar aos predicados supostamente naturais nas mulheres para o cuidado com crianças, que seriam a afetividade e a meiguice inerentes ao instinto materno, para bem desenvolver o trabalho de educar. A aceitação do trabalho feminino como docente passa pela compreensão do mesmo como maternidade simbólica. A relação entre as professoras primárias e os alunos era simbolicamente maternal, seriam mães intelectuais, mães espirituais das crianças que estariam sob seus cuidados.<sup>XIX</sup>

Em 1920, quando o poder público estadual prepara uma reforma da instrução pública, um dos pontos mais polêmicos foi o trabalho feminino como professora. A questão central da problemática era a suposta incompatibilidade entre a maternidade, sacerdócio feminino para com a sociedade e a família, e o exercício do magistério que, mesmo sendo uma atividade profissional, era percebido pela sociedade, também como sacerdócio, no qual a participação da mulher seria fundamental, desde que não prejudicasse sua missão como mãe. Sendo assim, ou as moças casavam e tornavam-se mães, ou seriam professoras, o exercício das duas funções seria incompatível.

O magistério, então, com seu caráter de maternidade simbólica, adaptar-se-á perfeitamente bem às mulheres solteiras, sem filhos biológicos, e que poderiam se dedicar de corpo e alma à formação das crianças que recebessem como alunos. No que se refere às mulheres casadas, com filhos, o trabalho fora do espaço doméstico era percebido como prejuízo incalculável à boa formação da prole.<sup>XX</sup>

Polêmicas à parte, podemos notar que muitos homens, ao casar, exigiam que as mulheres deixassem o magistério e se dedicassem exclusivamente à casa e aos filhos; outros viam no trabalho remunerado da mulher um passatempo que lhe ocuparia apenas parcialmente o tempo, não valendo o custo do desgaste de obrigar a mulher a exonerar-se da função. Em outros casos, como o da Sra. Ana Bugyja, professora de música na Escola Normal, o trabalho remunerado da mulher assumia maior importância diante da exigüidade do orçamento doméstico e das dificuldades do marido em adaptar-se ao mercado de trabalho.<sup>XXI</sup>

Se nos grupos médios o trabalho das mulheres casadas era visto como algo a ser proibido ou, na melhor das hipóteses, como complemento ao orçamento doméstico, a mesma percepção não cabia quando as mulheres adultas encontravam-se viúvas ou solteiras. Nesses casos, o trabalho remunerado passava a ser, muitas vezes, uma necessidade para garantir o orçamento doméstico e a sobrevivência da família. É assim que a Sra. Severa Marques, ao ficar viúva, passa a anunciar nos jornais os seus trabalhos de professora de primeiras letras:

Chamamos a atenção dos senhores pais de família para o anúncio da Exma. Senhora Dona Severa de Castro Marques, viúva do provector professor Antônio Marques da Costa, propondo-se a lecionar o curso de primeiras letras [...].<sup>XXII</sup>

A falta da figura masculina que as tutelassem mais que justificaria o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, desde que fosse em função digna e honesta que não viesse a denegrir a imagem familiar.<sup>XXIII</sup>

O ingresso das mulheres de elite e dos grupos médios, no mercado de trabalho fez com que elas ocupassem espaços sociais antes reservados apenas aos homens. A relação entre mulheres e espaços públicos tinha, na sociedade, conotação negativa para a moral feminina, tendo em vista que a expressão mulher pública era sinônimo de prostituta. Diante da nova realidade, em que as mulheres passavam a ter maior

visibilidade nos espaços públicos, era fundamental que elas assumissem posturas e comportamentos que as distinguissem das prostitutas.<sup>XXIV</sup>

A inserção feminina no mundo do trabalho dava continuidade ao processo de abertura dos espaços públicos para as mulheres, processo que já se iniciara com o aumento da oferta de vagas escolares e mesmo de oportunidades de acesso ao lazer urbano. Essas mudanças não se dão sem conflitos, e prova disso são os artigos escritos e publicados em livros e jornais, questionando a nova realidade das mulheres e do mundo do trabalho. Na crônica O feminismo, Clodoaldo Freitas dá a exata dimensão do mal-estar que essas novas possibilidades femininas provocavam no universo masculino e no seio das famílias.

Segundo Clodoaldo Freitas, a mulher devia ser educada para ser mãe de família e para viver no lar, esse seria seu destino natural, o seu próprio corpo estaria histológica e fisiologicamente adequado à maternidade. Para este autor, o exercício da maternidade seria o grande diferencial feminino, fora daí, elas seriam uma igual aos homens:

Eu só admiro a mulher na santidade do lar, tratando da família. Quanto maior é o número de filhos que uma senhora cria com desvelo e solicitude, mas a considero sábia e santa, Adoro a esposa, a mãe, a irmã, a filha, mas olho sempre com prevenção invencível para essa espécie de macho, que não quer se conformar com os deveres do seu sexo.<sup>XXV</sup>

Críticas à parte, o aumento do custo de vida e a demanda crescente por consumo das famílias, principalmente no decorrer da década de 1920, levaram algumas mulheres a entrarem no mercado de trabalho. Evidentemente que os conflitos não se davam apenas de forma escrita, mas também nas práticas familiares cotidianas, onde os maridos mais conservadores colocavam obstáculos à entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Em princípio, o ingresso nos espaços públicos traria às mulheres preocupações novas. Era preciso que soubessem ser mais vigilantes com relação a suas posturas, às vestimentas, à fala, as atitudes deviam ser minuciosamente trabalhadas no sentido de deixar explícito o recato; a postura da mulher deveria ser distante o máximo possível das prostitutas. Vale destacar que a presença feminina em espaços públicos passariam a criar a possibilidade de assédios masculinos, e era preciso que as mulheres, principalmente as casadas, estivessem vigilantes para repudiá-los, melhor, evitando qualquer situação em que eles se fizessem possíveis.<sup>XXVI</sup>

As mulheres solteiras também deviam estar sempre alertas, a defender sua moral, principalmente dos homens mais audaciosos, que estariam prontos a insinuações. Em uma cidade pequena, onde os conhecidos eram muitos, o risco de que alguém flagrasse alguma atitude indevida era sempre uma possibilidade.

Na documentação, pudemos encontrar comentários sobre encontros casuais, que chamavam a atenção e despertavam a maledicência alheia; provavelmente isso aconteceria por não ser algo tão corriqueiro. O comentário do cronista Íris, no ano de 1926, sobre um desses encontros furtivos ilustra o modo como a sociedade percebia esses movimentos e a forma como as mulheres reagiam a eles com educação e recato:

Mademoselle, desembaraçada e estralando perfumes leves e deliciosos, entrara na Livraria Santos, procurando, um tanto vexada, um número novo da vida doméstica ou da “Fom-Fom” para presentear uma amiguinha. Após escolher a revista, despediu-se do livreiro, risonha e sedutora e no seu porte de *girl* a *la garçonne*, elegante até a medula, ia saindo quando um cavalheiro, que me ofereceu a curiosidade, ou melhor, a maledicência [...], lhe tolheu o passo com um cumprimento refinado de *gentleman*. Mademoselle corou, mas num sorriso de requintada sedução estendeu-lhe a aristocrática mãozinha de fada, que ele apertou triunfal e febrilmente, em seguida mademoselle foi-se, deixando o rapaz magnetizado a olhá-la até o fim da rua.<sup>xxvii</sup>

O comportamento das mulheres deveria ser de recato, de domínio sobre as ações corporais, em uma demonstração que o seu corpo era moldado pela disciplina, por normas morais que lhe levavam a agir de forma quase instintiva.

A fala dos cronistas nos jornais a condenar também atitudes de mulheres das camadas populares a dizer que essas assumiam comportamentos licenciosos, e mesmo escandalosos, como receber homens em casa, ficar nas portas das ruas até altas horas da noite a conversar e a soltar gargalhadas estridentes, a freqüentar botequins fora dos horários permitidos a mulheres de família, a se aventurar em passeios às margens dos rios, a se envolverem em brigas com vizinhos ou ainda com os esposos, em escândalos e crimes passionais, tinham também o objetivo pedagógico, de dizer para as mulheres das

elites e dos grupos médios o que não era permitido para elas, o que seriam atitudes condenáveis para uma mulher de família ou para uma senhora casada.

A forma de subjetivação feminina aceitável como compatível com a moral social era, em grande parte, produto das estratégias de doutrinação da Igreja católica. Desde a infância, as mulheres eram ensinadas a obedecer, a assumirem posturas de recato, de simplicidade, de resignação, de reservas com o corpo, de não tomar atitudes demasiadamente expansivas, principalmente quando estivesse nos espaços públicos.

A prática escriturística dos católicos teve papel importante na divulgação e incorporação desse discurso disciplinador dos comportamentos femininos. As pregações nos sermões, nas aulas de catecismo, nos retiros espirituais, mas principalmente nas escolas confessionais e nas Associações Religiosas Marianas foram importantes meios de divulgação de um saber que tinha como objetivo definir quais os comportamentos femininos aceitáveis nos espaços públicos.

Era ensinada e exigida das mulheres uma rígida disciplina corporal, na qual a moral feminina estava ligada diretamente à idéia de continência, de negação dos desejos sexuais; a mortificação do corpo estaria no centro de uma política de valorização da vida espiritual e da busca da santificação e da conquista da salvação eterna. A vivência da sexualidade só seria permitida às mulheres casadas dentro de rígidas normas e exclusivamente com fins de procriação.

O discurso dos literatos católicos ultramontanos<sup>xxviii</sup> parece ter obtido boa receptividade no meio feminino à medida que o apego das mulheres ao catolicismo foi uma tendência muito presente na sociedade e bastante refletida na documentação analisada. Os católicos souberam com muita eficiência criar mecanismos de divulgação de suas doutrinas e de seus princípios sobre a vivência da fé, e sobre os comportamentos e práticas familiares femininas. Se a Associação das Filhas de Maria congregava as jovens e faziam toda uma doutrinação que se mostrava eficiente, conseguindo agregar grande quantidade de moças católicas nos seus quadros, as mulheres adultas e casadas se ligavam ao Apostolado do Sagrado Coração de Jesus. São as práticas dessas mulheres que nos levam a dizê-las como mulheres apegadas à vivência da fé católica, é a freqüência a missas, à comunhão, ao confessionário, é a participação em retiros espirituais, as cerimônias de entronização do Coração de Jesus nas residências católicas, a forma como participavam de eventos religiosos ou ainda como eram convocadas pelo Bispo Diocesano para participar de uma grande cruzada em favor da imprensa católica, que nos permitem dizer que a tendência de aproximação entre mulheres e Igreja, tão

presente no mundo ocidental desde a segunda metade do século XIX, se apresentava também em Teresina.<sup>XXIX</sup>

Essa relação entre a Igreja e as mulheres se faz perceptível mesmo nas lembranças, em velhos papéis e pertences dessas mulheres ainda existentes sob a guarda de parentes. Fitas do Coração de Jesus, da Associação das filhas de Maria, patentes de Agregação ao Apostolado da oração, anotações sobre retiros espirituais, e mesmo imagens e quadros do Coração de Jesus e de outros santos são testemunhos dessa estreita relação entre Igreja e mulheres.

Ainda no que diz respeito às práticas cotidianas das mulheres adultas, podemos dizer que a diversidade se impõe, assim como no meio masculino dos grupos de elite e médios, a escolarização ainda não era uniforme. Se muitas mulheres começavam a ter maior acesso à formação escolar, tendência que se acentua a partir da década de 1910, muitas mulheres dos grupos sociais aqui analisados, contavam apenas com poucos anos de escolarização, tendo ainda sua formação centrada principalmente no aprendizado das prendas domésticas. O casamento, os filhos, a casa, onde assumiria as funções de esposa e mãe parecem ser o espaço vital que as mulheres buscam e sonham em concretizar. Se subjetivam como mães, como esposas, como mulheres devotas apegadas ao santuário do lar e à religião. Nesses espaços da casa e na relação conjugal centram suas vidas. Na prática, as relações conjugais se formavam e eram vivenciadas ao sabor dos temperamentos de homens e mulheres, se tornando espaço de afetos, de conflitos, de entrega, de resignação, e possivelmente de infidelidades.

Para muitas mulheres, o casamento assim como, os filhos, apareciam como objetos de desejos, como compensação a uma vida conjugal bem distante do que fora imaginado.

Nesse mundo onde o casamento, a vida conjugal e a maternidade ganhavam centralidade nas vidas femininas, e onde as mulheres eram ditas como esposas e mães, as que não casavam ou que não vivenciavam a maternidade não se adequando aos modelos, ditos legítimos, serviam também para definir o não vir a ser feminino e ainda para mostrar a diversidade nas possibilidades de existência das mulheres. As solteiras surgem, assim, como mulheres que, de alguma, forma se marginalizavam na sociedade.

Aos dezessete ou dezoito anos, as mulheres passavam a estar prontas para assumir uma relação conjugal. Mesmo as que, por interesses próprios ou familiares, tivessem continuado os estudos até terminar a Escola Normal ou os preparatórios, encontravam-se, nessa idade, prontas a abrirem-se ao amor, a encontrar um homem que lhes preenchesse a vida, que lhes desse uma situação social, filhos e as realizassem



como mulher casada. Para muitas, começava uma longa espera, pontilhada de decepções, de expectativa; para algumas, terminava na falta de afetos, estas teriam que se resignar a uma vida solteira.

Enquanto no universo masculino, esse período inicial da vida adulta, em que o casamento ainda não ocorreu, é marcado pelo aprendizado dos amores carnais, passageiros, das noites nos bares, nas brincadeiras com amigos ou em noitadas nos bordéis, para o universo feminino das elites e dos grupos médios, onde o acesso a esse tipo de vida folgada e livre era vetado, o padrão a ser seguido era o do recato, o da espera paciente no espaço da casa.<sup>xxx</sup>

Nas sociedades tradicionais, as mulheres que não casassem agregavam-se aos que habitavam a casa, sob a proteção dos patriarcas, engajavam-se no trabalho doméstico, ajudando a criar os sobrinhos, integrando-se à labuta feminina, na produção da subsistência da casa. Nas sociedades modernas, à medida que as relações familiares vão sofrendo mudanças, que o espírito de privacidade, de intimidade e de individualidade vão tomando conta das relações familiares, a situação das mulheres solteiras, que não têm condições de sustentar-se por seu trabalho ou por suas rendas, torna-se difícil.

A imagem que Clodoaldo Freitas faz das solteironas é ilustrativa do imaginário do começo do século XX. Clodoaldo Freitas retrata um mundo no qual as mulheres não mais casavam pelos arranjos familiares, mas sim por escolhas pessoais. Homens e mulheres casadoiros atraíam-se por seus encantos, por seus dotes espirituais ou estéticos. Dessa forma, a solteirona é representada por Clodoaldo Freitas como mulher sem atrativos, não conseguindo levar os homens ao casamento. É assim que ele apresenta a personagem Santinha no romance *Por um sorriso*:

Era uma senhora de cerca de quarenta anos, alourada, baixa, gorda, feia, iletrada, de gênio irritadiço e muito nervosa, como toda solteirona. Vivia então na fagueira ilusão de ser amada por um rapaz, guarda-livros de uma casa comercial.<sup>xxxI</sup>

Clodoaldo Freitas contempla, em sua descrição, os elementos caracterizadores do estereótipo da solteirona, presente no imaginário da sociedade em análise. São mulheres sem atrativos físicos, posto que não se enquadram nos padrões de beleza: são feias, excessivamente gordas; não têm dotes espirituais, que mostrem ser mulheres inteligentes, pois são mesmo caracterizadas como iletradas; além disso, ainda contam com os traços psicológicos de uma solteirona: irritação e nervosismo.

A descrição de Clodoaldo Freitas reflete o imaginário social sobre a solteirona também no que diz respeito às expectativas matrimoniais. Aos quarenta anos, ainda não desistiu de casar; no entanto, suas fantasias não mais imaginam um rico fazendeiro, ou um bacharel em direito bem situado profissionalmente. Diante das circunstâncias, casar com um rapaz mais novo, guarda-livros de uma loja comercial, capaz de proporcionar-lhe apenas uma vida modesta, passa a ser seu sonho.

As solteironas também são problematizadas em crônicas nos jornais. Em 1926, o cronista do jornal O Piauí chamava a atenção para as mulheres que não casavam, na sua argumentação dirige-se para a percepção dessas mulheres como frustradas, principalmente, por não procriarem, por não se realizarem como mães:

É mesmo desolador passar pela vida e no meio do perfume, da beleza, do tom e da harmonia e não se embeber nela com o ímpeto dionisíaco. É o caso da solteirona, porque a missão da mulher na terra é a maternidade e se assim não acontece, ela, como a árvore ingrata, não deu a sua sombra a seres vivos, não floresceu os seus galhos, e não sazou os seus frutos.<sup>xxxii</sup>

Na documentação analisada, o tom é sempre o mesmo, a solteirona é dita como frustrada por não casar, por não ter vida sexual, por não procriar. Essa é a leitura que a sociedade que tanto valoriza o casamento e a maternidade faz dessas mulheres. O caráter irritadiço, os nervos em frangalhos são, segundo Susan Besse, possíveis resultados de uma situação de recalque, de perceber-se à margem dos modelos de vida feminina idealizados.<sup>xxxiii</sup>

Se os novos modelos familiares apontavam para o fortalecimento da idéia de família conjugal, valorizando a intimidade, a privacidade e os laços afetivos entre seus membros, não podemos esquecer que a sociedade em análise está passando por um processo de transição, o que favoreceria a ainda forte presença das sociabilidades tradicionais. Dessa forma, muitas mulheres tinham clareza que seus vínculos familiares e suas obrigações eram, em primeiro lugar, com os pais já encaminhados na velhice. Assim, muitas vidas femininas afastadas da conjugalidade podem ser explicadas, de um lado, pelo interesse feminino em continuar na família paterna, cuidando dos pais; e, de outro, pelo interesse dos pais em continuar com algum dos membros femininos da família à sua disposição para cuidar deles na velhice.<sup>xxxiv</sup>

Outra possibilidade de justificativa para o celibato feminino seria ainda a incompatibilidade social entre as mulheres das classes médias e altas e os possíveis pretendentes. Casar-se com um homem de classe social inferior significaria perder prestígio social, ariscar-se a uma vida difícil do ponto de vista financeiro, e muitas não estavam dispostas a pagar esse preço.<sup>xxxv</sup>

Por fim, o que pudemos perceber, também, na documentação, é que a sociedade valorizava os novos padrões de relacionamento familiar; por conseguinte, algumas solidariedades típicas das famílias de origem rural continuavam muito presentes na sociedade; e que principalmente os membros femininos que não casavam eram beneficiados por essas redes familiares de proteção mútua. Muitos homens continuavam, mesmo que de forma velada, a assumir o papel de tutor dos familiares que apresentavam carências financeiras. É nesse contexto que podemos entender como muitas mulheres solteiras ou viúvas, mães, irmãs ou tias poderiam contar com assistências familiares, que se traduziam em oferta de moradia, de agregação ao núcleo familiar de irmãos, tios e sobrinhos, ou apenas com auxílios financeiros que lhes viabilizassem a existência. Como bem argumenta Michele Perrot, era muito mais fácil para as mulheres, da primeira metade do século XX, livrarem-se do casamento do que da tutela masculina.<sup>xxxvi</sup>

No entanto, a melhora nos níveis de escolarização, no decorrer dos anos 1920 e 1930, começavam a abrir caminhos pelos quais as mulheres poderiam garantir certa independência financeira na falta de figuras masculinas. Estamos nos referindo ao trabalho das mulheres como professoras, assim como funcionárias em repartições públicas, como os Correios e Telégrafos ou em outros órgãos públicos. Algumas mulheres dos grupos médios e das elites quando solteiras se subjetivavam fora dos modelos de mãe e esposa, em outros casos procuravam conciliar a vida de mãe e dona de casa com a vida de professora como foi o caso da Senhora Ana Bugyja. Essas mulheres ocupavam espaços nas áreas públicas, mas procuravam manter uma aura de recato em seus comportamentos, mostrando-se como mulheres honestas, distantes de comportamentos que seriam reprováveis aos olhos da moral média da sociedade .

A documentação aponta ainda para outras possibilidades de existência feminina nos grupos médios e de elite na sociedade. Toda a preocupação dos literatos em escriturar as mulheres como mães e esposas, como pessoas que deveriam se subjetivar a partir dessas práticas devia-se, possivelmente, ao fato da vida feminina não transcorrer apenas dentro dos limites desejados pelos literatos. Nem todas as mulheres se subjetivavam como mães e esposas, ou como mulheres religiosas e recatadas que se entregavam à

busca da salvação eterna, ou como professoras ciosas do respeito necessário à profissão, ou ainda como mulheres solteiras resignadas a uma vida solitária, celibatária e voltada aos cuidados com familiares. A vida das mulheres era também marcada por desejos e fantasias que não se enquadravam no casamento e na maternidade, e que algumas delas se permitiam realizar.

Se o casamento era um espaço de segurança, de estabilidade para as mulheres, ele também poderia servir como um véu de respeitabilidade social, como proteção contra comentários que lhes viessem ferir a moral. É por trás dessa aura de respeitabilidade social que algumas mulheres aproveitam para transgredir, para secretamente vivenciar aspirações que o casamento, como relação institucionalizada, não permitia ou não proporcionava. É assim que Camila, jovem casada com o comendador Herculano se envolve com o jovem Netário, estudante, amigo da família, que estava de férias em sua casa. Sentindo-se seduzida por aquele homem jovem, galanteador, aproveita-se da sua situação de casada para envolver-se com ele. Mantido o sigilo e o segredo da relação, os riscos seriam bem menores, que os enfrentados por mulheres solteiras, não precisando se preocupar com uma possível gravidez, fruto desse romance, pois sendo mulher casada, ninguém haveria de estranhar o fato de estar grávida.

Dona Júlia é outra senhora que aproveitava da sua situação de casada para vivenciar aventuras extraconjugais, os hábitos tradicionais que aceitavam a presença constante de estranhos no espaço da casa, serviam como justificativa para a presença de seu amante de forma tão próxima: era empregado do seu marido, era caxeiro da loja, morava na casa do patrão e, em sua ausência, tornava-se amante de Júlia no próprio espaço doméstico. Enquanto Júlia se mantivesse como esposa, todas as portas estariam abertas para ela. Ninguém ousaria afastá-la do convívio coletivo, seriam apenas suspeitas, como muitas outras, passíveis de serem inverdades.<sup>XXXVII</sup>

Maria Adriana, mencionada, neste trabalho, como infanticida, pode também ser percebida de outra forma. Ao ficar viúva não se subjetiva conforme as normas morais da sociedade. Possivelmente até procurasse se mostrar pura como as virgens e vigilante como as casadas. No entanto, a gravidez e o posterior assassinato da criança trouxe à tona o que cuidadosamente tentara manter em segredo, a vivência de novos amores, a consumação de desejos que procurava manter em sigilo. Suas práticas mostram que as mulheres, ao contrário de terem comportamentos homogêneos, são múltiplas, seus corpos carregam sentimentos ambíguos, a mesma mulher pode ser simultaneamente, religiosa e adúltera, mãe e amante.

Os desejos femininos não se resumem aos aspectos afetivos, algumas mulheres querem se entregar de forma mais profunda aos estudos, querem fazer os preparatórios para o ingresso em níveis superiores de ensino, sonham em ser advogadas, médicas, em romper com os limites de formação escolar impostos ao seu gênero. No jornal *A Borboleta*, periódico que circulou em Teresina nos primeiros anos do século XX, podemos perceber o discurso feminino em defesa de maiores espaços na escolarização formal. É assim que Maria Amélia Rubim, uma das articulistas do *Borboleta*, conclui os preparatórios para o ingresso no curso de Direito em 1907. No entanto, a educação superior continuará um caminho difícil para as mulheres. Poucas o percorrerão até os anos 1960.<sup>XXXVIII</sup>

O que essas mulheres nos mostram é a multiplicidade das possibilidades de vivência feminina. É importante dizer que o não consumo<sup>XXXIX</sup>[li] dos discursos se dava também pela não vivência da maternidade, como definida pelos discursos dos literatos, a existência de amas-de-leite e o eventual descaso de algumas mulheres com os filhos mostra que os discursos da maternidade como algo natural, intrínseco à condição feminina, não chegava ou não era consumido na sua integralidade pelo público feminino.

É sobre esse universo multifacetado que os literatos procuram atuar e dar homogeneidade, mas que, no entanto, se mostra de resultados parciais, pois o próprio discurso escrito se esgarça, se reconstrói, incorpora outras verdades na interação com as vivências cotidianas.

---

I FOUCAULT, Michel de. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1991. p.123-204.

II FREITAS, Clodoaldo. *Em roda dos fatos*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996. p. 71-73.

III AZZI, Riolando. Família e valores no pensamento brasileiro (1870 – 1950 ). In: RIBEIRO, Ivete (Org.)

*Família e valores*. Sociedade brasileira contemporânea. São Paulo: Loyola, 1987. p.100.

IV Manicaca era um termo utilizado em Teresina, no final do século XIX e início do século XX, para designar os homens controlados pela mulher. Abdias Neves usou o referido termo para denominar seu romance publicado em primeira edição em 1909

V NEVES, Abdias da Costa. *Um manicaca*. Teresina: Projeto Petrônio Portela 1985, p. 127.

VI NEVES. 1985. p. 58.

VII NEVES. 1985. p. 95.

VIII BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade*. São Paulo: EDUSP, 1999, p.109.

IX Sobre a valorização das práticas femininas em torno da maternidade ver: A nova mãe In: BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado*. O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1984, p.201.

X A MISSÃO da mulher na família. *A Imprensa*, ano I, n. 50, Teresina, 06. fev. 1926.

XI BADINTER, op cit, p.238.

XII MARTINS, Elias. *Fitas*. Teresina: Tipografia do Jornal de notícias, 1920. p. 17.

XIII MARTINS, op cit, p.17.

- XIV BESSE, op. cit., p. 114-115. Sobre o papel das mães na subjetivação das filhas Elisabeth Badinter faz o seguinte comentário: “ É a mãe quem se encarregara do adestramento da menina. E lhe ensinará que a dependência é um estado natural às mulheres. Ela a habituará a interromper suas brincadeiras sem protestar, e a mudar seus planos para se submeter aos de outrem. Desse bom hábito resultará uma docilidade de que as mulheres têm necessidade durante toda a sua vida”. BADINTER, op cit, p.245.
- XV FREITAS, Clodoaldo. Mãe dolorosa. *Correio do Piauí*, Teresina, ano I, n. 61, 15 dez. 1921.
- XVI FREITAS Clodoaldo. Um infanticídio. *Em roda dos fatos*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.
- XVII Sobre a divulgação dos crimes de infanticídio ver: PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas. MATOS, Maria Izilda e RACHEL, Sohiet. (Org.) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, ano 2003. p. 166.
- XVIII A MARIA Adriana. *O nordeste*. ano I, n. 8, Teresina, 17 jan de 1920. p.17.
- XIX LOPES, Antônio de Pádua C. *Beneméritas da instrução*. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1996. p. 57.
- XX MELO, Matias Olímpio de. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: papelaria piauiense, 1922.p.128.
- XXI BRITO, Bugyja, *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Folha carioca, 1977, p. 178.
- XXII PROFESSORA. *O tempo*. ano I, n. 43, Teresina, 04 de dez. de 1905, p.2.
- XXIII LEITE, Miriam Moreira. A mulher das camadas médias entram no mercado de trabalho. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1993. p. 91-122.
- XXIV LEITE, op cit, p. 193.
- XXV FREITAS, Clodoaldo. O feminismo. In: *Em roda dos fatos*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996, p. 71.
- XXVI RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 578-606.
- XXVII VIDA social, *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 22, 28 jan. 1926.
- XXVIII Sobre o catolicismo ultramontano ver: WERNET, Augustin. *A igreja na sociedade paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.
- XXIX Sobre a relação entre a Igreja Católica e as mulheres no século XIX ver: GIORGIO, de Michela. O modelo católico. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges (Org.). *História das mulheres: O século XIX*. Porto/ São Paulo: Edições Afrontamento/EBRADIL. 1991.
- XXX PERROT, Michele. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4. p. 293.
- XXXI FREITAS, Clodoaldo. Por um sorriso, *Correio do Piauí*. Teresina, ano I, out. 1921.
- XXXII VIDA solteira [solteironas]. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 33, 10 mar.1926.
- XXXIII BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 53.
- XXXIV FONSECA, Cláudia. Solteironas de fino trato: reflexões em torno do [não-] casamento entre pequeno-burguesas no início do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 18. p. 99-120, 1989.
- XXXV FONSECA, op. cit., p. 118.
- XXXVI PERROT, Michelle. À margem: solteiros e solitários: *História da Vida privada*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.v.4 p.281-303.
- XXXVII NEVES, 1985. p. 189-200.
- XXXVIII Sobre a educação feminina em Teresina ver CARDOSO, Elizângela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2004.
- XXXIX A idéia de consumo presente no texto é fundamentada em CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, Papirus, 1996.

